

AUTOBIOGRAFIA, CARÊNCIA DE ORIENTAÇÃO E PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA: UM EXERCÍCIO DE META-NARRATIVA

AUTOBIOGRAPHY, LACK OF ORIENTATION AND HISTORIOGRAPHIC PRODUCTION: AN EXERCISE OF META-NARRATIVE

Gilmar Arruda*
arruda@sercomtel.com.br

RESUMO: Uma boa parte da produção historiográfica contemporânea admite a influência da subjetividade do historiador na construção do conhecimento histórico e considera que a autobiografia está sempre presente na formulação das perguntas, métodos, narrativas e explicações no processo de construção do pensamento histórico-científico. Com base nesse pressuposto, esse texto pretende, em primeiro lugar, ser uma análise de como a autobiografia influenciou a construção da produção de um determinado pensamento histórico-científico, uma tese de doutoramento de 1997 e, em segundo lugar, como o tempo presente do próprio personagem da autobiografia, orientou a análise atual da relação entre autobiografia e pensamento histórico-científico. Pretendo demonstrar que a autobiografia é fundamental para compreender a construção do pensamento histórico-científico e a aprendizagem histórica dos historiadores. Considero, também, que o presente artigo é, portanto, uma meta-narrativa sobre a autobiografia.

PALAVRAS CHAVE: Autobiografia, Pensamento histórico-científico, Consciência histórica.

ABSTRACT: : A good part of the contemporary historiographic production accepts the influence of the historian's subjectivity in the construction of the historical knowledge and considers that the autobiography is always present in the making of questions, methods, narratives, and explanations in the construction process of the historical-scientific thinking. Basing on this assumption, this text intends to be, first, an analysis of how the autobiography has influenced the construction of the production of a certain historical-scientific thinking, a doctoral thesis from 1997, and, secondly, how the present time of the autobiography's own character has oriented the current analysis between the autobiography and the historical-scientific thinking. I intend to demonstrate that autobiography is fundamental to understanding the construction of the historical-scientific knowledge and the historical learning from historians. I also consider that the present article is, therefore, a meta-narrative about historiography.

KEYWORDS: Autobiography, Historical-scientific thinking, Historical consciousness.

Aviso aos leitores, navegantes desse texto, que ele se utiliza de uma fonte documental que muitos consideram como não confiável, ou mesmo, carente de objetividade, a minha autobiografia. Para além de uma discussão sobre a objetividade da produção do conhecimento histórico, pretendo demonstrar que a autobiografia está presente na minha produção e que ela pode ser útil para entender os mecanismos da reflexão historiográfica. Dito isso, passemos aos "fatos". O uso da autobiografia no contexto escolar, uma narrativa construída pelos alunos sobre suas próprias vidas e família, tem sido

* Doutor em História. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista produtividade CNP/q.

usada frequentemente como recurso para a aprendizagem histórica. É um importante instrumento para construir percepções de tempo histórico, temporalidades, de documentos históricos, de história e historiografia, ou seja, de pensamento histórico. Diferentemente desse uso, este texto é um exercício de aproximação entre uma autobiografia e os cinco princípios, ou momentos, da produção do conhecimento histórico-científico que seriam: 1) Carências de orientação; 2) Perspectivas diretoras da interpretação da experiência história do passado; 3) Métodos de pesquisa empírica; 4) formas de apresentação; 5) funções de orientação (RÜSEN, 2015, p. 74). Tomarei esses pontos como um roteiro para a exposição e interpretação das transformações ocorridas no pensamento histórico-científico do personagem da autobiografia nos vinte que separam a formulação de sua tese de doutoramento (1997) e os dias atuais. Esses pontos aparecerão no texto separadamente, mas, como afirma o próprio autor: “Todos os fatores estão, desde o início em uma relação de interdependência sistemática.” (RÜSEN, 2015, p. 74)

1 - Carência de Orientação:

No início do processo do conhecimento histórico está a carência de orientação da vida humana prática (RÜSEN, 2015, p.75)

Frequentemente, no exercício cotidiano das atividades de professor, no curso de graduação em história, na Universidade Estadual de Londrina, me deparo com a pergunta sobre o que teria motivado a minha escolha pela “história”, grafada aqui entre aspas para indicar o sentido de profissão. Às vezes, eu mesmo formulo essa pergunta, nos momentos da apresentação, no início de novas turmas. A resposta mais satisfatória que encontrei remete à política, decorrente do envolvimento na militância no período da redemocratização do Brasil, no início dos anos de 1980. Como costumo responder aos alunos, estávamos buscando fazer a “revolução” e a história parecia ser uma escolha adequada para se preparar. Porém, como todos sabemos, a revolução não veio. Apesar desse desencontro, continuei no campo da história. Porém, se não encontro evidências mais consistentes para esclarecer os motivos da minha escolha pela graduação em história, os que me levaram a optar pela temática que desenvolvi na pesquisa do doutoramento possuem mais evidências disponíveis.

Apresento três evidências sobre a origem da temática que resultou na tese “Cidades e Sertões”: entre a história e a memória¹: 1) Parte da memória paterna, Nelson de Arruda, na qual declarava ter nascido em Dobrada-SP, local localizado “no alto sertão da araraquarense”, 2) O desconforto que sentia por ter nascido em uma pequena cidade do interior do Estado de São Paulo, sempre associado a ideia de caipira e 3) Uma reprodução de um mapa de 1901 do Estado de São Paulo, encartado em um livro, mostrado por um colega de profissão, no qual parte do território daquele Estado aparecia com a legenda “terrenos pouco explorados.”(PINTO, 1977)

É necessário esclarecer um pouco mais das experiências vividas pelo personagem até o momento no qual se torna possível propor um projeto de doutoramento (1992), já graduado em história e tendo realizado um mestrado também em história. Voltemos, portanto, a um momento autobiografia anterior a graduação (1984).

Nasci no interior de São Paulo, na cidade de Tupã. Na minha cidade, as principais ruas do primeiro arruamento (1930) possuem nomes de grupos indígenas: tupi, tapuais, cherentes, kaingangs, aimorés, tamoios, botocudos, etc. Consta que isso teria sido uma homenagem aos antigos habitantes (era território kainkang). Tupã surgiu no processo chamado de expansão da cafeicultura rumo ao oeste, Era uma cidade de fronteira e, quando nasci (1960), uma pequena cidade do interior de SP. Minha mãe, nascida em 1932, na cidade de Marília-SP, filha de migrantes espanhóis que só no Brasil poderiam ter se encontrado. Minha avó era de Malaga, sudeste da Espanha e meu avô de Salamanca centro-oeste da Espanha. Como se sabe camponeses não costumam viajar. Meu pai, nascido em 1920, na cidade de Dobrada-SP, atualmente nas imediações do município de São Carlos-SP, filho de uma filha de portugueses e de um Sr. Joaquim, sem informações precisas do local, data nascimento e descendência. A maior probabilidade é que tenha nascido no final do século XIX. Uma parte da memória familiar informa que ele, o avô, teria sido neto, ou bisneto, de kaingang sequestrados no processo de expansão rumo ao oeste de São Paulo.

Ao final dos anos de 1970, devido à crise decorrente da grande geada de 1975, minha família mudou-se para o Estado de Mato Grosso do Sul, para a cidade de Campo

¹ ARRUDA, Cidades e sertões: entre história e a memória. Assis: Unesp, 1997. Publicada em forma de livro no ano de 2000, com o mesmo título, pela extinta editora Edusc, de Bauru-SP.

Grande. Ali fiz a graduação. Ingressei no mestrado na Unesp-Assis (1985). Comecei na carreira acadêmica, na Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, antiga FUCMAT, em 1986. Em 1987 me transferia para a Universidade Estadual de Londrina. Em decorrência das transformações da organização da carreira profissional do mundo acadêmico, o doutorado tornou-se uma necessidade.

Mas, entre a necessidade de titulação e a formulação de um projeto, alguns anos se passaram. Entre a conclusão do mestrado (1989) e o início do doutoramento transcorreu um momento no qual a coloquei em dúvida a carreira como professor e passei dois anos (1991-1992) em outra atividade. Nesse período, apesar de não estar atuando como professor, desenvolvi um projeto de pesquisa com financiamento do CNPq, intitulado “O Povo do Sertão” que pretendia “recuperar a história das classes subalternas de um pedaço daquele espaço denominado ‘resto do Brasil’, a cidade de Campo Grande nas três primeiras décadas do século XX.”² Uma pesquisa de fontes sobre as classes populares em acervos do estado de Mato Grosso do Sul, com nítida influência de E. P. Thompson.

Em meados de 1992, percebi que minha aventura comercial não iria se consolidar, cabia retornar. Comecei a pensar em projeto de doutoramento.³ Fui então formulando algumas ideias e, em algum momento, emergiu a parte da narrativa paterna a qual informava sobre o local de seu nascimento: “Nasci em Dobrada (1920), alto sertão da araraquarense”. Sertão da araraquarense? Em minha experiência de vida, e de leitura, o sertão ficava em outro lugar, não no interior de São Paulo. Para mim o sertão era o nordeste, sertão de Euclides, “grandes sertões”, de Guimarães Rosa, sertão do “artigo 44”, o Mato Grosso. Aquela frase, aquele relato de meu pai, tornou-se, naquele momento, uma espécie de “ponto obscuro”, que me desafiava. Era necessário iluminá-lo, precisava ser decifrado para ter acesso aos seus significados. Pois não fazia sentido a junção das duas localizações geográficas: araraquarense e sertão. Araraquarense remetia a ferrovia, a modernidade, o que seria o contrário de sertão, o atraso. Remetiam a duas temporalidades, duas formas de narrar a realidade de um determinado lugar. Hoje, talvez de forma

² Projeto de pesquisa: “O povo do sertão”, datilografado, p. 02 (acervo do autor).

³ As informações a seguir sobre o projeto estão em uma carta de junho de 1992 enviada a _____ que gentilmente guardou-a e, muitos anos, depois me cedeu. Posso agora usá-la como documento da autobiografia. (acervo do autor)

anacrônica, mas com a finalidade de perceber o uso da autobiografia como forma de “aprendizagem histórica”, e de sua importância para entendermos a formação do pensamento histórico científico, posso definir esse estranhamento como uma “carência de orientação”: “o conhecimento histórico é disparado pelas experiências da divergência temporal e precede toda pensabilidade científica, a que serve de fundamento.”(ARRUDA, p. 75).

2 - Perspectivas diretoras da interpretação da experiência história do passado

Não se pode compreender o tipo de pensamento histórico que é especificamente científico sem considerar a sua inserção no contexto da cultura histórica do seu tempo. (ARRUDA, p. 75)

Ao retomar a tese como um documento da autobiografia, hoje, torna-se mais evidente como a carência de orientação transformou-se em uma pergunta desencadeadora do desejo de conhecimento, ou de localização no tempo. A autobiografia também pode ajudar a esclarecer como se constituíram as perspectivas orientadoras para a interpretação da experiência histórica. O documento tese evidencia a cultura histórica do momento histórico no qual estava sendo produzida a pesquisa. A autobiografia revela, também, que a carência de orientação do personagem não era relativa apenas à experiência vivida individual, mas estava presente nas experiências e carências de orientação da comunidade da qual fazia parte o personagem, no caso, a dos brasileiros das décadas entre 1980 a 2000. Vou procurar demonstrar essa dimensão analisando como outros pesquisadores, no mesmo período, também interrogaram a ideia de sertão.

Para entender o caminho percorrido é fundamental retomarmos a autobiografia no momento no qual o nosso personagem ingressa em um novo estágio profissional na carreira da pesquisa histórica científica. Esse é o momento do início do doutoramento. Já havia realizado o mestrado e já estava na Universidade Estadual de Londrina como professor, mas o desafio do doutorado, avalio hoje, realmente constituiu a prova para o ingresso na no campo da pesquisa histórica. Ingressei no doutoramento em 1993 na Unesp, campus de Assis-SP. O quadro de orientação que definiria o rumo que a pesquisa tomaria foi dado pelo que, na época, se lia, ou melhor estava em voga. Era o momento de expansão da história cultural, com os conceitos de representação e, ao mesmo tempo, da emergência dos estudos sobre memória e suas relações com a história, bem como do reconhecimento das

fontes orais. O livro da Eclea Bosi, *Memória e sociedade: lembrança de Velhos* (1983) havia se tornado referência de leitura sobre memória e influenciado muitas pesquisas.

A temática do “sertão” já estava presente nas minhas primeiras formulações. Nesse momento do projeto o sertão seria um “mito”, bem provavelmente por influência da leitura de um texto de Paul Veyne, *Acreditavam os gregos em seus mitos* (1984). Veyne afirma que todo mito tem um núcleo inicial verdadeiro, o qual sobrevive no mito, muito tempo além do desaparecimento do fato que produziu o mito. Parecia-me que a “ideia de sertão” era um mito da cultura brasileira, presente em discursos, literatura, pintura, etc. Como mito não tinha localização geográfica específica e nem mesmo permanente. A leitura de Guimarães Rosa era uma evidência dessa perspectiva: “O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais. (...) O sertão está em toda parte”.

Na redação final da tese, em 1997, portanto cinco anos após, é possível perceber a trajetória da “perspectiva orientadora” no transcorrer da pesquisa com as fontes e com a cultura histórica predominante no campo acadêmico no período. Na Introdução, indiquei três perspectivas, as quais hoje interpreto como sendo orientadoras: 1) Veredas: a problemática do espaço (p. 21-26), 2) Veredas: a saída da história cultural (p. 26-32) e 3) Veredas da memória e da história (p. 32-45).

Estas perspectivas orientadoras não aparecem claramente separadas das questões metodológica da pesquisa e seria muito arbitrário e, talvez, desnecessário tentar uma separação. Dos três itens apontados parece-me, atualmente, que *Veredas: a problemática do espaço* e *Veredas da memória e da história* constituem-se concretamente em perspectivas orientadoras. A *vereda: saída da história cultural* se configura de forma mais pertinente como uma orientação metodológica. Essa interpretação também pode ser estendida para os problemas de validação da autobiografia como fonte histórica que foi realizada na tese. Na presente narrativa apresentarei esses últimos pontos, a seguir, no item sobre a orientação metodológica.

A primeira perspectiva orientadora é nitidamente distinta pois, tanto naquele momento, como nos dias atuais, o problema do espaço não era uma preocupação do campo da historiografia. Para os historiadores as preocupações com o espaço dirigiam-se, geralmente, à delimitação do universo de suas pesquisas ou remetidas para o campo de definição da chamada história regional, como se o regional não fosse, ele próprio, uma representação construída sobre o espaço físico da terra, uma forma espacial e um produto

histórico. Essa orientação foi informada pelo contexto da cultura histórica daquele momento. Raymond Williams (1990) influenciou a tese em pelo menos duas perspectivas.⁴ Uma delas é a relação entre a experiência de vida do escritor, o uso de sua memória e a sua escrita, a elaboração do conhecimento concretizado na narrativa, que abordaremos mais adiante. Uma outra é a ideia de “campo e cidade” que se tornou fundamental para formular minha hipótese de pesquisa.

No conhecimento geográfico encontrei suporte mais consistente para esta perspectiva. As contribuições de Antonio Carlos Robert Moraes (1991) foram fundamentais. O conceito de *pensamento geográfico e horizonte espacial coletivo* instrumentalizaram metodologicamente a perspectiva de conceber o ‘sertão’ como uma representação cultural.

Por pensamento geográfico entende-se um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca do seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas. Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido, uma fatia da substância da formação cultural de um povo (MORAES, 1991, p. 32)

Além da concepção do espaço e suas representações como resultado de discursos e concepções de determinada sociedade em determinado tempo, as reflexões de Antonio C. Robert Moraes mostravam que a constituição de um “horizonte espacial coletivo” não era livre de tensões e lutas, seria resultado de confrontos entre os diversos grupos sociais existentes, entre suas concepções e desejos. E, por fim: “Posto desta forma, nossa questão poderia ser equacionada no seguinte modo: como as concepções do espaço atuam na construção material do espaço num dado país, e como atuam na própria representação do país” (MORAES, 1991, p. 33). Ao tomar o sertão como uma representação, a preocupação com a espacialidade tornou-se uma perspectiva orientadora.

A segunda perspectiva orientadora foi o conceito de memória. Nos anos da formulação da tese estava se tornando um objeto a de investigação para o campo da historiografia. É possível localizar o momento que a categoria memória torna-se em uma

⁴ O processo da produção do conhecimento histórico científico começa, como vimos, com uma *carência de orientação*, formulada, por exemplo, em uma pergunta. Mas, para gerar conhecimento é necessário a elaboração de “perspectivas históricas a partir de questionamentos. Nessas perspectivas, o passado – mediado pelos testemunhos de sua documentação empírica – é visto e tornado presente pelo pensar. Pode-se então falar de concepções, de hipóteses diretoras da pesquisa, de conjecturas, que dirigem o olhar, desde o primeiro momento, para os conteúdos que se intenta investigar”(RÜSEN, 2015, p.77)

perspectiva orientadora. Na carta de junho de 1992,⁵ considerava o sertão como um mito presente na memória coletiva. Nesse momento havia também uma outra perspectiva, o sertão como suporte material da memória, influenciada pela leitura de Eclea Bosi.

Porém, os estudos de Jacques Le Goff (1994), sobre a memória e a história e o de Pierre Nora (1993) sobre os *Lugares da memória* tornaram-se a referência conceitual principal para o desenvolvimento da pesquisa, como escrevi na tese:

A contribuição que julgamos de importância fundamental é a proposta dos “lugares da memória”. Com a conceituação desenvolvida por NORA, podemos aproximá-la da representação de divisão espacial entre cidades e sertões da sociedade brasileira. Assim, tanto cidades como sertões seriam “lugares de memória”, possuiriam os sentidos mencionados por Nora: “material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos”. Permitiria ler “sertão e cidade”, não como lugares determinados e específicos geograficamente, mas como investimentos simbólicos que, dependendo dos grupos sociais e períodos históricos, mudam de significados. (ARRUDA, 1997, p. 60-61)

Assim a espacialidade e a memória foram as perspectivas orientadoras na busca de sanar a “carência de orientação” em relação ao tempo. Cidades e sertões, campos e cidades, memória coletiva, memória social foram noções que estruturam a pesquisa e a narrativa da tese.⁶

A segunda dimensão sobre as perspectivas de orientação imersas na cultura histórica do tempo da produção, que entendo também estar respondendo a “carência de orientação” de uma comunidade, a dos brasileiros, pelo menos os envolvidos com a produção historiográfica, pode ser demonstrada com algumas pesquisas realizadas no período contemporâneo da minha tese.

Ao menos cinco estudos realizados naquele período, final dos anos de 1990 e início do século XXI, tomaram o sertão como objeto de análise: Nisia Trindade de Lima (1999), Haruf Salmen Espindola (2005), Dora Shellard Correa (1997), Laura Antunes Maciel (1997) e Candice Vidal e Souza (1997). Destaco que tive contato, naquela época, apenas com Laura Antunes Maciel, no final dos anos de 1990 quando foi professora na Unesp-Assis. Ambos já

⁵ Ver nota 3.

⁶ É necessário esclarecer que o autobiografado não poderia ter usado a noção de “carência de orientação” no momento da produção da tese, pois ela é contemporânea ao tempo do narrador da autobiografia.

havia terminado suas teses. Depois, a aproximação ao campo da história ambiental, no começo do século XXI, conheci Haruf Salmen Espindola e Dora Shellard Correa. Não tenho notícias se, naquele momento, segunda metade dos anos de 1990, os autores mencionados tinham, de alguma forma, mantido contato profissional e/ou intelectual. Com certeza existem outros, mas o que me chamou a atenção era o momento no qual foram produzidas, a temática, e os lugares de produção – não tinham ligação, não eram resultado de projetos de pesquisa coletivos ou de algum programa de pós-graduação, em específico.

Em resumo, Nisia Trindade, estudou a ideia de sertão e o pensamento social brasileiro; Haruf Espindola, o rio Doce-MG e sua denominação como sertão; Dora Correa, os sertões existentes no sudoeste paulista; Laura Maciel, a Comissão Rondon no Mato Grosso no início do século XX; Candice Vidal e Souza, a relação entre o pensamento social e as representações de litoral e sertões. Essas análises possuem, em minha leitura, algumas semelhanças. Seus autores conceberam o sertão como algo mais simbólico do que “real geograficamente”, apesar das diferenças encontradas para seus usos e referências geográficas. Nisia Trindade (1999, p. 207), analisou o sertão: “De espaço geográfico a lugar simbólico de intenso apelo emocional, abordei aqui o sertão por ângulos distintos, mas que indicam quase sempre uma tensão permanente diante dos contrastes, das desigualdades e dos problemas que acompanham o debate sobre a modernidade na sociedade brasileira”.

Para Haruf S. Espindola (2005, p. 76), “as representações sobre o sertão não expressam realidades objetivas. Dizer que era espaço vazio não significa literalmente que fosse desabitado, mas sim de estarem aí ausentes as atividades que produziam para o mercado.” Segundo Dora Shellard Correa, “O sertão, portanto, estava dentro do território colonial, e depois imperial, mas constituía um espaço diferente, porque não havia sido concretamente apropriado. Quem o moldava, estabelecia os sistemas de comunicação, a produção, a paisagem, quem era o seu senhor era a sociedade tribal (...) O sertão foi uma construção intelectual, forjada pelos novos colonizadores para atender a um interesse próprio.” (2015, p. 120-121).

Laura A. Maciel (1997, p. 129), embora não tenha focado o tema “sertão”, diretamente, ele aparece através da análise sobre a percepção dos participantes da Comissão Rondon: Assim, para aquele grupo de militares comandados por Rondon, a ideia de civilização se constrói como contraponto e por oposição ao sertão, sendo o primeiro uma característica ou qualidade de quem habita as cidades, de quem domina a técnica e integra uma “cultura nacional e o sertão é, então, o lugar do atraso técnico, de maneiras e comportamentos antigos, da barbárie e violência, é o lugar da natureza ainda virgem e indomável, da negação da cultura e da civilização, além da ideia de distância do ‘centro’, da costa, do litoral, de lugar longínquo que perdurou do sentido português de ocupação colonial.

Para Candice Vidal e Souza (1997, p. 39), “as representações sobre sertão e litoral são tomadas, neste trabalho, como referências de discursos sobre a Nação, ordenadores dos lugares de uma geografia valorativa do mapa nacional. Enunciam no espaço-território quais áreas e culturas pertencem plenamente ao espaço-nação”

Pode-se comparar as interpretações mencionadas com aquela que defendi na minha escrita de 1997: “Cidades e sertões são (...) os lugares da memória que assumiram e assumem, papéis de referência, depositários das lembranças do passado e dos desejos do futuro. Não consideramos cidades e sertões como lugares determinados e específicos geograficamente, mas investimentos simbólicos que, dependendo dos grupos sociais e períodos históricos, mudam de significados.” (ARRUDA, 2000, p. 62)

Em 2016,⁷ argumentei que a emergência dessa temática dentro da academia, a qual afirmava que os estudos sobre os sertões e suas populações, no final dos anos de 1990, teria sido resultado da ebulição de “aparecimentos públicos” decorrentes da redemocratização e da Constituição de 1988. Movimentos e reivindicações de direitos e espaços por parte de indígenas, quilombolas, sem-terra, sem-teto, etc., todos esses atores demandavam legitimidade e reconhecimento de seus espaços, histórias e memórias. Exigiam o reconhecimento de suas existências no território da nação. Muitos deles tinham sido sobrepostos pela representação de sertão, da memória de “conquista” do sertão.

⁷ Durante o *VI Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades*, Sertões: histórias e memórias, UFRN – Caicó, novembro de 2016.

3 - Métodos de pesquisa empírica

O ímpeto da pesquisa, sua origem, “é uma pergunta, um problema”; “Em última instância, as perguntas decisivas, postas aos discursos dos especialistas, nos quais as fontes desempenham um papel provêm do contexto das carências de orientação”. (RÜSEN, 2015, p. 76). O caminho que leva a busca e encontro de respostas para as perguntas originadas nas carências de orientação é designado de método, um conjunto de procedimentos sistematizados: “São essas regras procedimentais que conferem a esse saber a pretensão específica da validade quanto à contralabilidade racional e à plausibilidade intersubjetiva.” (RÜSEN, 2015, p. 78). Como argumentei, a autobiografia, a memória do pesquisador, foi fundamental na determinação das perguntas que desencadearam a pesquisa. As perspectivas orientadoras assumidas, a memória e a espacialidade, fizeram, que autobiografia assumisse uma nova dimensão, nesse momento como documento empírico do que teria acontecido no passado. Não foi a única fonte usada, pois a outra perspectiva de orientação, a espacialidade, impôs um outro conjunto de fontes, a cartografia. A busca pelos mapas abriu o universo das instituições e personagens que os produziram e os divulgaram. Passo a demonstrar a seguir algumas questões de métodos sobre o uso da autobiografia como fonte, em seguida, em relação a noção de representação e, finalmente, a respeito da análise da fonte cartográfica.

Quando pesquisava para a tese, defendida em 1997, estava inseguro quanto a validação da história oral e da memória familiar, devido ao forte conteúdo subjetivo que carregava. Procurei, então, argumentar sobre a presença da subjetividade na narrativa de história. Escrevi⁸ que, por muito tempo, influenciados por uma ótica de objetividade, grande parte dos historiadores negaram-se a prestar a atenção na relação entre história e memória. Para eles a memória não era confiável do ponto de vista da análise historiográfica. O

⁸ Os parágrafos seguintes foram retirados, em parte, da Introdução da tese de doutorado (p. 32-35). Esse procedimento merece esclarecimento no contexto atual da produção científica e para o presente texto. A prática de autocitação, sem as devidas referências, ou em grande extensão, têm sido designada como autoplágio, em especial nos critérios dos periódicos científicos. A emergência desse problema decorre de práticas não éticas de produção de textos, em parte decorrente da pressão do “produzir ou perecer”. Porém, se é necessário transparência e regras para conter essas práticas, não se pode, por outro lado, tomar a originalidade de forma absoluta, percebendo o sujeito que escreve sem passado e subjetividade, em um eterno começo do ponto zero das ideias e reflexão. Essa possibilidade, remota, negaria toda a contribuição obtida com o reconhecimento da subjetividade no coração da produção do conhecimento histórico. Portanto, por estar usando a autobiografia, entendo que a tese de doutoramento é parte essencial da documentação existente para narrar a trajetória de vida do personagem.

exercício da escrita da história representava uma exclusão do campo da memória. Esta mesma concepção de objetividade também fez os historiadores fecharem seus olhos para a importância que suas próprias memórias e concepções tinham na formação e elaboração dos seus estudos e temas.

Assim como a relação entre história e memória estava sendo revista, nos anos de 1990, a estreita ligação entre o historiador e seu tema começava a ser assumida com maior explicitação:

Toda uma tradição científica levou os historiadores, desde há um século, a apagarem-se perante o seu trabalho, a dissimularem a personalidade por detrás do conhecimento, a barricarem-se por detrás de suas fichas, evadirem-se para uma outra época, a não se exprimirem senão por intermédio de outros, permitindo-se fazer, na dedicatória da tese, no prefácio do ensaio, uma confidência furtiva. A experiência da historiografia pôs em evidência, há uma vintena de anos, os falsos aspectos dessa impersonalidade e o carácter precário da sua garantia. (...) A explicação e a análise do investimento existencial, em vez de afastarem uma investigação serena, tornam-se o instrumento e a alavanca da compreensão. (NORA, 1989, p. 9-10)

O que se queria, como o próprio Pierre Nora advertia, não era o exercício de uma “psicanálise selvagem” ou, de uma “autobiografia falsamente literária” (NORA, 1989, p. 11), mas tentar entender/explicar quais relações existiam, na pesquisa para o doutoramento, entre a memória e a história, entre o historiador, sua memória e sua experiência de vida com a narrativa construída.

Naquele período estava ocorrendo no mundo acadêmico um grande movimento de traduções de autores franceses e ingleses. Raymond Willians, como afirmei, foi um desses autores traduzidos e me influenciou sobremaneira, na formulação da temática e, e também, devido as reflexões que fez sobre a sua vida e o seu objeto de análise. No livro *O Campo e a Cidade* (1990) aparece explicitamente o debate a relação entre a temática e o historiador. A forma como desenvolveu o livro revelava a influência que a experiência de vida exercia sobre a posição assumida diante de seus temas. Nesse livro a relação entre história e “causa pessoal” está bastante presente, porque o fenômeno estudado teve larga penetração e pela vivência pessoal do processo: “E, como a relação entre cidade e campo é não apenas um problema objetivo e matéria de história como também, para milhões de pessoas hoje e no passado, uma vivência direta e intensa, não julgo necessário justificar esta causa pessoal, ainda que faça questão de mencioná-la”(WILLIANS, 1990, p. 11). Antes mesmo de ter

estudado a questão, do ponto de vista do pesquisador, resultado de sua formação universitária e cidadina, Williams havia experimentado o processo de transformação e mudanças nas formas de vida, “concretamente, em ação, com uma clareza inesquecível. Quis o acaso que eu [Williams] nascesse numa aldeia remota, uma antiquíssima povoação do interior, na fronteira entre Inglaterra e o País de Gales.”(WILLIAMS, 1990, p. 13).

O momento de reconhecimento da presença da subjetividade e autores, como Williams, ajudaram-me na validação da escolha e do uso autobiografia. Acrescentaria, além disso, que também inclui na tese outros argumentos metodológicos, os quais consideram que na autobiografia, qualquer que seja a sua forma, ocorre uma separação entre autor e personagem. No processo de narração autobiográfico acontece uma partilha entre “quem fala”, o narrador, e de “quem se está falando”, o personagem. O tempo seria o responsável pela criação de uma fratura entre o narrador e o personagem. O autor e o personagem estariam separados pelo tempo. Conscientemente ou não, como recurso narrativo ou possibilidade de reflexão sobre sua própria história, o narrador autobiográfico opera esta divisão: “Existe uma circunstância epistemológica e psicológica única que torna inevitável esse tipo de disjunção entre o autor-relator e seu relato sobre si mesmo, uma disjunção que virtualmente nos força a adotar a estratégia do discurso; pois o auto-registro, como observaram todos os autobiógrafos ponderados desde Santo Agostinho, separa o ser que está “contando” do ser passado ou dos ‘seres’ “sobre os quais se está contando” (BRUNER; WEISSER, 1995, p. 144).

No segundo ponto dos “métodos de pesquisa”, aparece a “vereda: saída da história cultural”, o qual se configura como uma orientação metodológica, um dos caminhos. O conceito de representação foi fundamental para perceber os significados de cidades e sertões. Na sua ausência, aquelas duas palavras teriam restado como designações geográficas empobrecidas, ou esvaziadas de seus sentidos políticos. O suporte inicial veio de Bronislaw Bascko (1985). Para esse autor, “as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida coletiva e, em especial, no exercício do poder”, e ainda, “O imaginário social é cada vez menos considerado como uma espécie de ornamento de uma vida material considerada como a única “real”. Além disso, e mais fundamental para perceber qual o significado desse pensamento na análise que desenvolvi, era a proposta de Baczko de não separar imaginário e as ações concretas dos agentes históricos: “Não são elas, as ações,

efetivamente guiadas por estas representações; não modelam elas os comportamentos, não mobilizam elas as energias; não legitimam elas as violências?" (BACZKO, 1985, p. 297-298).

Assim, concluímos, naquele momento:

Esta estratégia só foi possível por percebermos que os técnicos esquadrinhadores dos "sertões" concebiam suas atitudes e ações como uma guerra, uma luta contra o "atraso" e a "barbárie". Não é possível entender a violência praticada contra os indígenas se não atribuirmos aos termos "civilização" e "progresso" a força das representações que guiam os homens e legitimam as suas ações. A partir dessas referências teria sido modelado o outro, tanto os homens como os espaços, que se queria mudar ou vencer. (ARRUDA, 1997, p. 31)

A noção de representação abriu, ou indicou, que os mapas, documentos produzidos por diversas instâncias institucionais responsáveis pela "conquista do sertão".⁹ Como pressuposto metodológico, analisei os documentos cartográficos entendendo que eles significavam muito mais que a "representação objetiva de um determinado espaço." Eles se constituíam em "vontade de poder" de transformação daquele mesmo espaço: "Este é, pensamos, o sentido mais escamoteado e também o mais forte na produção de mapas, quaisquer que sejam eles. O poder de nomear, legitimar, designar, distribuir e valorizar ou desvalorizar espaços aparecem nas formas com que são representadas as regiões nos mapas." (WHITIFIELD, 1994, p. VIII)

O passado contido no conjunto de fontes documentais pesquisados durante as etapas da produção do pensamento histórico científico, a tese, não teria se revelado em toda a sua expressão de sentidos, se não tivesse sido submetido aos princípios metodológicos enunciados: a presença da subjetividade nas fontes orais e na escrita, na autobiografia; dos significados práticos das representações nas ações dos sujeitos históricos; do papel do poder na "perversão" da memória e na construção dos documentos cartográficos.

4 - Formas de apresentação

Elas [as informações e as explicações do acontecimento passado] só se tornam históricas quando enquadradas na representação de um processo temporal que articula, com

⁹ Ver em particular os capítulos "3- Mapas, ferrovias e a civilização do sertão e capítulo" e "4 - A construção do espaço" presentes tanto na tese quanto no livro.

sentido e significado, o passado ao presente e ao futuro. Esse enquadramento só lhes é dado quando inseridas em uma 'história', em uma apresentação histórica (RÜSEN, 2015, p. 80).

A narrativa autobiográfica, assim como as histórias de vida, pode conter aquilo que Pierre Bordieu chamou da "ilusão biográfica", uma unidade, um sentido, um caminho, um destino que só existe na narrativa, nas lembranças recordadas e relatadas em um depoimento ou em uma memória. (BORDIEU, 1998) Os estudiosos da história oral parecem concordar que uma história de vida é uma interpretação, um momento de reflexão no qual o narrador seleciona, organiza, estabelece um sentido para a sua trajetória. Este sentido não é, porém, arbitrário, mas deduzido de sua própria experiência de vida: fica o que significa. (CHAUI, 1983) É a forma de traduzir a vida vivida, a qual é um verdadeiro caos de acontecimentos, sem lógica e sentido, em um "ensinamento" compreensível que possa ser transmitido. Assim, a autobiografia, também traçou a forma de apresentação do pensamento histórico. Cidades e sertões configura-se como uma narrativa dos lugares nos quais vivi e daqueles nos quais meus pais e avós viveram. Um mosaico de lugares escolhidos desvelava um desenho sendo formado pelos sinuosos caminhos percorridos pelas representações culturais e da complexa relação entre história e memória social. A chave do sentido foi constituída pelos diversos significados, usos e conflitos em torno do sertão, entendido como representação e "lugar da memória coletiva". Encontramos seus rastros em Campo Grande-MS, no oeste do Estado de São Paulo, em Tupã-SP, na cidade de São Paulo, no norte do Estado do Paraná, etc. Suas marcas estavam e estão registradas na história e na memória social e familiar.

Em 2016 dei um depoimento para os colegas da UFMS-Três Lagoas, que, elucida melhor, e me absolve de anacronismo, o que afirmei anteriormente sobre a forma de apresentação:

E essa é a trajetória da "Cidades e Sertões", eu começo nos sertões e termino nas pequenas cidades, aonde eu nasci, aonde eu cresci. E quem acompanha essa periodização é a vida do meu pai, que nasceu no sertão, vai transformando em cafeicultura, em pequenas cidades, aonde eu nasço, que é Tupã né, e aí ele narra e eu termino a narrativa com o meu tempo. A

conclusão da tese é essa né: pequenas cidades, o sertão era aqui (ARRUDA, 2017)¹⁰

5 - Funções de orientação: Qual história, Qual Brasil?

Ao final, depois de realizado o trabalho de produção do conhecimento histórico-científico, iniciado na carência de orientação, orientado por perspectivas heurísticas contemporâneas, controlado por regras metodológicas de exame e validação, apresentado em narrativa temporalmente conectada, o autor pergunta sobre o sentido político de sua produção e se seria possível avaliá-la desde sua própria experiência. Não enxergo possibilidades de realizar uma avaliação sobre isso no contexto da comunidade na qual se insere o pesquisador. A alternativa é voltar a autobiografia e procurar encontrar evidências de transformações nas atitudes práticas/profissionais decorrentes da tese. Para controlar o risco de anacronismo recorro à algumas evidências documentais que indicam mudanças de perspectivas que apontam para a influência de orientação do pensamento histórico-científico presente na tese. Desde 1998 ministro disciplina de história do Brasil, período republicano. Desses cursos, tenho guardado os programas desde 2004. Nesse ano, o primeiro item a ser discutido com os alunos era “Qual história, qual Brasil?”, remetendo diretamente as questões sobre espacialidade desenvolvidas na tese. Desde esse momento, do qual tenho evidências, essa temática está presente nos cursos que ministro na universidade.

Outras evidências da orientação prática podem ser encontradas em artigos publicados desde aquele período. Cito um texto de 2008, no qual argumentei que a história precisa incorporar as discussões sobre a natureza nas suas práticas didáticas, desenvolvendo uma ‘consciência histórico-espacial’. Afirmei nesse artigo que:

Em quase todas as análises históricas, para não dizer todas, existe um recorte espacial que dá sustentação, unidade e sentido às explicações para os processos históricos. A junção do espaço e do tempo nas narrativas históricas cria um sentido de diferenciação para esse ou aquele processo, independentemente da extensão física do recorte. Assim, a história sempre vem acompanhada de algum complemento: do Brasil, do Paraná, do município tal, da América, etc.” (ARRUDA, 2008, p.65)

¹⁰ Entrevista realizada pelo Grupo PET-História Conexões de Saberes, da UFMS/CPTL, concedida a Caroline Cassoli Gonçalves, Elenisia Maria de Oliveira e Vitor Wagner Neto de Oliveira. Realizada no dia 20 de junho de 2016, em Três Lagoas-MS, e transcrita com adaptações em agosto de 2017.

Dizia que não que seria impossível viver sem passado e sem identidade. Então, o ensino de história, ao entrar no campo da natureza, teria que procurar desenvolver um sentimento de pertencimento com o natural realmente existente na vida do aluno, com seu entorno. Depois, esse sentimento de pertencimento deveria ultrapassar todos os outros, baseando-se no único suporte identitário comum para toda a humanidade: o fato de todos serem “terrâqueos” e vivermos nesse planeta. Assim pensava que a responsabilidade era o de construir uma identidade baseada em pressupostos racionais, em uma consciência histórico-ambiental, por meio de seu papel de orientação, através da estrutura do tempo.

Estes dois momentos da autobiografia parecem indicar que o aprendizado histórico advindo com a produção do pensamento histórico-científico, a tese, resultou em uma mudança na orientação política do personagem, na medida que tornou a temática da investigação em um pressuposto para pensar o mundo no qual está inserido. Elas demonstram também que autobiografia é uma ferramenta para analisar a aprendizagem histórica no processo de produção do pensamento histórico-científico pelos profissionais da história.

Além disso, na própria escrita da tese, pode-se perceber a crítica resultante da prática da produção do pensamento histórico-científico. Terminei aqui esse exercício de meta-narrativa autobiográfica com a mesma frase com a qual terminei a escrita da tese:

Os sertões se acabaram e as pequenas cidades, monumentos da sua conquista e pacificação, já não sustentam sua memória pacata e pacífica. O espelho da memória que refletia o passado como idêntico se rompeu e só restam estilhaços de lembranças. A infância já vai longe. Às vezes, as lembranças da infância romantizam o passado. Guardei comigo as lembranças e tornei-me aprendiz de historiador. (ARRUDA, p. 327)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, G. Natureza: uma nova “sala de aula” para o ensino de história. CAINELLI, M., OLIVEIRA, M. M. D; OLIVEIRA, A. F. B. (orgs). *Ensino de história: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços*. Natal: EDUFRN, 2008, p. 59-69.

ARRUDA, G. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. Mimeo: Assis-Unesp. (Doutorado em História) 1997.

_____. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru-SP: Edusc, 2000.

BACZKO, B. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. (v. 5 - Antropos/Homem).

- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.
- BORDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p.183-193.
- BRUNER, J.; WEISSER, S. A invenção do ser: a autobiografia e suas formas. In: OLSON, David R.; TORRANCE, N. (orgs.) *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.
- CHAUÍ, M. Os trabalhos da memória. In: BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.
- CORREA, D. S. *Paisagens sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930)*. Londrina: Eduel, 2013.
- ESPINDOLA, H. S. *Sertão do rio Doce*. Bauru: Edusc, Governador Valadares: Editora Univale, 2005.
- LE GOFF, J. *História e memória*. 3 ed. Campinas: EdUnicamp, 1994.
- LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Revan/IUPERJ/UCAM, 1999.
- MACIEL, L. A. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da "Comissão Rondon"*. São Paulo: mimeo (Tese de Doutorado-PUC/SP). 1997.
- MORAES, A. C. R. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, PUC-SP, 1993, n. 10.
- PINTO, A. A. *História da Viação Pública de São Paulo*. (Intr. de Célio Cebes). 2 ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1977. O mapa foi reproduzido em ARRUDA, G. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. Mimeo: Assis-Unesp. (Doutorado em História) 1997, folhas 70-71, e em: ARRUDA, G. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru-SP: Edusc, 2000, p. 132-133.
- RÜSEN, Jörn. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora UFPR, 2015. Trad. Estevão Rezende Martins.
- VEYNE, P. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- VIDAL E SOUZA. *Á pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora UFG, 1997.
- WHITFIELD, P. *The image of the world: 20 centuries of world maps*. Ronherth Park, 1994.
- WILLIAMS, R. *O campo e a cidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.